

Academia de Tênis pode ser lacrada

Administrador de Brasília pedirá hoje o fechamento do resort, por invasão de área pública e outras irregularidades

JOSEMAR GONÇALVES/09.09.2003

O administrador de Brasília, Clayton Aguiar, quer lacrar e interditar a Academia de Tênis. Isso porque as negociações para regularizar a área, de acordo com o administrador, não avançaram. Ele quer que o empresário José Farani tome providências para demolir parte do pavilhão Park Fair, que avança sobre área pública. Mas os representantes da Academia de Tênis não apresentaram um projeto para modificar a obra até ontem, último dia de prazo dado pela administração.

Hoje, um ofício será encaminhado aos órgãos que têm pendências com a Academia de Tênis. O pedido de interdição será feito à Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas. Além disso, a Secretaria de Meio Ambiente, Ibama, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Caesb e Ministério Público do DF e Federal devem receber o documento para que voltem a agir com rigor na fiscalização do resort.

O secretário de Fiscalização, Vatanábio Brandão, recebeu, ontem à noite, uma ligação de Clayton Aguiar informando-o de sua decisão. Mas vai esperar ser notificado formalmente para agir. Se não houver impedimentos jurídicos para a interdição da Academia de Tênis, ele garante que vai atender ao pedido da administração. "Algumas liminares impedem a ação da



A Academia de Tênis se recusa a demolir parte do pavilhão Park Fair que avança em área pública, segundo denuncia a Administração de Brasília, que promete agir

fiscalização. Mas se nada impedir, vamos interditar sim. A intenção é que as pessoas se regularizem. Se elas não o fazem, temos que agir", disse.

Os representantes da Academia de Tênis tinham até o final da tarde de ontem para

apresentar à administração um projeto de demolição de parte do Park Fair. Esse era o último prazo dado por Clayton Aguiar para negociar a regularização do galpão. Nem o empresário ou representantes da Academia, no entanto,

procuraram a administração.

Clayton Aguiar acha que Farani não está disposto a discutir, pois um arquiteto da Academia faltou a uma reunião, segunda-feira, marcada com técnicos da administração para tratar da demolição

de parte do galpão que ocupa irregularmente 1,6 mil metros quadrados de uma área destinada a um estacionamento público. O Park Fair tem 7,2 mil metros quadrados. "Chegamos à conclusão que eles não querem resolver nada. A

Academia está toda irregular, mas preferem confiar na impunidade. A partir de hoje, não converso mais. Vou agir dentro da lei e pedir para lacrar não só o Park Fair, mas toda a Academia. Do hotel ao galpão", declarou Clayton.

"Chegamos à conclusão que eles não querem resolver nada. A partir de hoje, não converso mais. Vou agir dentro da lei e pedir para lacrar não só o Park Fair, mas toda a Academia. Do hotel ao galpão"

Clayton Aguiar, administrador de Brasília

"Algumas liminares impedem a ação da fiscalização. Mas se nada impedir, vamos interditar sim. A intenção é que as pessoas se regularizem. Se elas não o fazem, temos que agir"

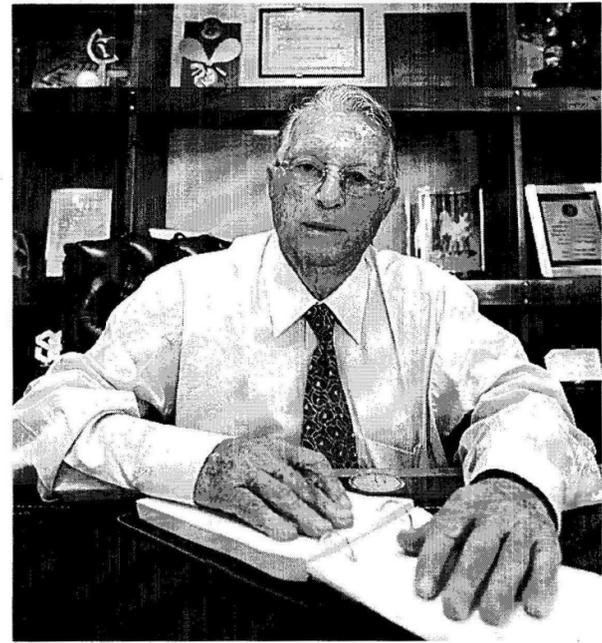
Vatanábio Brandão, secretário de Fiscalização

Advogado vê ação política

RICARDO MARQUES - 10/06/03

O Park Fair foi construído há um ano, mas nunca obteve alvará de construção ou de funcionamento. O projeto do galpão não está adequado ao Código de Edificações e não foi demolido até hoje porque o empresário José Farani conseguiu uma liminar na 8ª Vara de Fazenda Pública que impede a derrubada pela fiscalização. Para regularizar o alvará de funcionamento do Americhel Hall, ficou acordado que Farani demoliria a área invadida do galpão. Até agora, somente um puxadinho foi derrubado.

O advogado da Academia de Tênis, Eric Furtado, disse que o problema é político. Segundo ele, esse projeto de modificação da obra já foi apresentado há mais de 100 dias e é a administração que não dá andamento para a regularização do galpão. "A gente quer resolver a situação, mas eles nem recebem mais documentos que falam da Academia", afirma Furtado. O administrador de Brasília afirmou que não recebeu documentos para negociar a modificação do galpão.



Farani conseguiu liminar que impede derrubada do galpão

A respeito das denúncias sobre a invasão de áreas públicas do Park Fair, Furtado diz que a construção foi feita em terreno particular e não invade terrenos públicos. "O projeto de construção, que foi aprovado pela administração

trazia um pavilhão de 5,2 mil metros quadrados e mais um hotel. Acontece que o doutor Farani resolveu aumentar o galpão ao invés de fazer o hotel", explica, reconhecendo que o pavilhão é maior que o projetado.

Espaço dos poderosos

Na Academia de Tênis, irregularidades e glamour andam lado a lado. A área é privilegiada: 89 mil metros quadrados à beira do Lago Paranoá. Por isso, os luxuosos restaurantes, chalés, quadras de tênis, hospedagem, cinema, e espaços para shows, feiras e exposições são tão disputados em Brasília.

Isso sem contar a "invasão" do espaço por políticos de outros estados que não querem montar novas casas na capital. Aos finais de semana, o Cine Academia sempre conta com presenças ilustres.

Boa parte do ministério de Lula passou por lá. O ministro Gilberto Gil morou no resort antes de se mudar para um apartamento funcional. Benedita da Silva endossa a lista e Ciro Gomes, cuja mulher Patrícia Pillar não quer cuidar de mais um apartamento, além dos do Rio de Janeiro e Fortaleza, ainda ocupa um lugar na Academia. Em governos passados, o ex-deputado Aécio Neves, hoje governador de Minas Gerais, também se rendeu ao luxo da Academia.

MEMÓRIA DAS IRREGULARIDADES

As invasões de área pública das luxuosas dependências da Academia de Tênis – que contam com cinemas, restaurantes, chalés, quadras de esportes e casas de espetáculos – não são recentes. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), as irregularidades começaram com as primeiras construções, em 1975. No currículo da Academia estão, além das invasões, crimes ambientais e desrespeito a normas de edificações. Na construção do resort, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) cedeu uma área contígua de 15 mil

metros quadrados a José Farani. O lote circular original, de 45 mil metros quadrados, passa então a ter 60 mil metros quadrados. Estranhamente, o acréscimo foi logo incorporado ao patrimônio de Farani, por meio de averbação da Terracap. Em 2002, o Iphan entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), questionando duas leis distritais, que beneficiam diretamente o empresário. Uma lei possibilitou a venda direta de 33 mil m² à Academia sem licitação e a outra alterou a destinação de uso do lote principal da Academia de Tênis, que

estava destinado para clube e foi ampliado para atividade hoteleira. As alterações no projeto original do empreendimento foram identificadas ainda em 1982, quando uma equipe de fiscais detectou diferenças em relação às primeiras plantas levadas à Administração Regional de Brasília. A notificação entregue pelos fiscais, entretanto, não intimidou Farani, que continuou a expandir a estrutura de seu investimento, independentemente do gabarito estabelecido para a região. Hoje, a maior parte da área de 89 mil metros quadrados

à beira do Lago Paranoá – a região mais cara do Distrito Federal – é irregular. O empresário é acusado de invasão de área pública, inversão das destinações, usos e funções dos lotes criados para o clube e para o hotel, desrespeito aos códigos de obra, de postura e à escala bucólica. O bloco 3, as pistas internas e a recepção do resort estão sobre área pública e nenhum dos restaurantes ou lojas da Academia de Tênis tem alvará de funcionamento. A discussão sobre o Park Fair começou em 2003, quando a obra ainda não tinha sido concluída. A

Administração de Brasília questionava a construção do galpão de 7,2 mil metros quadrados erguidos num terreno vizinho ao do resort. A edificação foi feita sem Alvará de Construção e, na época, o administrador Clayton Aguiar sugeriu que o entrave fosse resolvido na Justiça. O Ministério Público analisou a construção e o Park Fair só foi finalizado graças a uma liminar obtida por Farani. O galpão começou como área provisória para festa e transformou-se em pavilhão para festas, exposições e seminários, sem licença alguma do Iphan ou da administração regional.

Na virada de 2003, uma ameaça de interdição foi feita pelos órgãos públicos do Distrito Federal: se o resort não solucionasse as irregularidades referentes a segurança, meio ambiente e licenciamento até o dia 31 de dezembro, o Americhel Hall e o pavilhão Park Fair estariam proibidos de sediar qualquer evento a partir de 1º de janeiro. O Americhel Hall tem reinauguração marcada para o dia 9 de julho, com um show da cantora Ana Carolina. Mas, se Farani não demolir parte do Park Fair, a Administração garante que não vai expedir o alvará de funcionamento.